

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XI
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 A irretroatividade no direito brasileiro</b> .....	13
1.1 Limitações e exceções ao Princípio da Irretroatividade no direito brasileiro .....	24
2 Objetividade e subjetividade em princípios jurídicos.....	33
<b>3 Modulação de efeitos</b> .....	41
3.1 Modulação de efeitos no Brasil. ....	43
3.2 Modulação de efeitos no TJUE/União Europeia.....	49
3.3 Modulação de efeitos e a Suprema Corte Americana.....	56
<b>4 Estudo de casos: aplicação do Princípio da Irretroatividade Tributária no Supremo Tribunal Federal</b> .....	59
4.1 Relativização da coisa julgada.....	60
4.2 Declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 74 da MP 2158-35, que impossibilitou a cobrança retroativa de lucros de controladas no exterior.....	63
4.3 A Lei 14.754/23 que tributa o “estoque” de ganhos acumulados dos fundos exclusivos e sua incompatibilidade com o posicionamento do STF.....	65
4.4 O Enunciado de Súmula nº 584 do STF .....	68
4.5 Irretroatividade própria (autêntica) e imprópria (inautêntica ou retrospectiva) .....	76

4.6 Tema 244 do STF – limitação temporal para o aproveitamento de créditos de PIS/COFINS.....	82
<b>5 Há vedação à retroatividade além da constante no art. 150, III, “A” e no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal?</b> .....	91
<b>6 O Princípio da Irretroatividade no Tribunal de Justiça da União Europeia</b> .....	101
6.1 Corte Internacional de Justiça .....	103
6.2 Aplicação do princípio na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.....	108
6.2.1 Caso “Marks & Spencer plc v David Halsey (Her Majesty’s Inspector of Taxes” (C-446/03) .....	109
6.2.2 Processo C-615/16, de Giovanna Judith Kerr contra a Fazenda Pública de Portugal .....	111
6.2.3 Processo C-82/12, Transportes Jordi Besora S.L.(TJB) contra Tribunal Económico Administrativo Regional de Cataluña.....	119
6.3 Retroatividade e retroatividade no Tribunal de Justiça da União Europeia .....	125
<b>7 Irretroatividade Segundo a Suprema Corte Americana</b> .....	131
7.1 Caso “North Carolina Department of Revenue v. Kimberley Rice Kaestner, 1992 Family Trust”, 588 U. S. (2019).....	136
7.2 Caso United States v. Carlton (1994).....	138
7.3 Caso Great Northern Railway Co. v. Sunburst Oil & Refining Co, 287 U.S. 358 (1932) .....	145
7.4 Caso Mapp v. Ohio 367 US 643 (1961).....	147
7.5 Caso Linkletter v. Walker 381 US 618, 620 (1965) .....	148

7.6 Caso Davis v. Michigan Department of the Treasury, de 1989 .....	150
<b>8 Conclusão</b> .....	153
<b>9 Síntese propositiva</b> .....	159
<b>Referências</b> .....	163